



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Concorrência n.º 005/2016 - Processo Licitatório: n.º 1328/2016

Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA)”.

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda.

Em resposta ao recurso administrativo feito pela empresa Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda.; na fase de julgamento dos documentos de habilitação pela comissão de licitações à Concorrência 005/2016, cujo objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA).

Passamos a relatar: Após análise dos “Documentos de habilitação” das empresas participantes do processo licitatório em questão, a comissão após análise dos documentos, guiando-se pelos preceitos da lei federal n.º 8666/93 e suas alterações, bem como pelo edital, a Comissão deliberou por HABILITAR, além de outras, a empresa Santin Engenharia Montagens e Construção Ltda.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS:

No dia 22 de agosto de 2016, reuniram-se, os membros da Comissão de Licitações para sessão de abertura dos envelopes “Documentos” do processo licitatório na modalidade Concorrência 005/2016, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA) de acordo com as condições fixadas no edital e seus anexos. Estando presentes no ato as empresas: Construvap Construções e Comércio Ltda, Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda, Centroprojekt do Brasil S/A, Santin Engenharia, Montagens e Construções Ltda, Target Serviços Elétricos Especializados Ltda EPP; Tag Infraestrutura e Construção Eireli ME, Construtora Getel Ltda.; Sampa Saneamento Ambiental Ltda. Sob a presença da Douta comissão de licitação e os representantes dos respectivos licitantes foram disponibilizados os documentos de habilitação para análise, rubrica e considerações. Após, a comissão encerrou a reunião para análise dos documentos e posterior resultado da fase de habilitação. No dia 26 de agosto de 2016 reuniram-se para julgamento, sendo habilitadas as empresas: Construtora Mollinari Ltda; Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda; Santin Engenharia, Montagens e Construções Ltda; Target Serviços Elétricos Especializados Ltda EPP; Prudenstaca Sociedade de Engenharia e Construções Ltda; Tag Infraestrutura e Construção Eireli ME; Construtora Getel Ltda; Sampa Saneamento Ambiental Ltda; E.G. Bezerra Engenharia EPP; Viga Participações e Engenharia Ltda; Penascal Engenharia e Construção Ltda; e



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Concorrência n.º 005/2016 - Processo Licitatório: n.º 1328/2016

Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA)”.

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda.

Inabilitadas as empresas Construvap Construções e Comércio Ltda EPP; Centroprojekt do Brasil S/A e Clark Construtora Ltda.

a) Centroprojekt do Brasil S/A (Sociedade por ações) foi inabilitada por:

-Não apresentar a devida publicação do Diário Oficial do Ato Constitutivo e das Atas das Assembleias arquivado no registro competente, exigência constante do item 7.2.3 do Edital;

- Não apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, exigência constante no item 7.5.2 do Edital

b) Construvap Construções e Comércio Ltda- EPP foi inabilitada por:

- Não atender ao item 7.4.2 do edital e item 22.1 do Termo de Referência - Dentre as certidões apresentadas pela empresa, nenhuma delas apresentou a execução de 50m3 de concreto armado.

c) Clark Construtora Ltda foi inabilitada por:

- Não atender ao item 7.4.2 do edital e item 22.1 do Termo de Referência- Apresentou para a qualificação técnica somente a CAT C.0054/98, acompanhada do atestado, referente à execução de ETE, EE, rede coletora de esgoto e rede de distribuição de água potável para a CCE Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos S/A

A Comissão encerrou a sessão após lavrada a ata nos termos supracitados abrindo prazo para recurso.

DAS RAZÕES:

A empresa Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda., recorreu tempestivamente e manifestou sua discordância quanto à habilitação da empresa Santin Engenharia, Montagens e Construções Ltda: “que apresentou Atestado de Capacidade Técnica acervado pelo CREA sob nº2620160001279, levantando a possibilidade da obra, cujo atestado demonstrava 8.414 m² de cobertura metálica, não ter sido executada e do documento ter sido forjado pela empresa Santin Engenharia para atender ao processo licitatório.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234

masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Concorrência n.º 005/2016 - Processo Licitatório: n.º 1328/2016

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA)".

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda.

DA ANÁLISE E JULGAMENTO

Ao recurso interposto pela empresa Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda –: Esclarecemos que, a licitação como procedimento administrativo, deve obedecer aos ditames constitucionais, aos princípios gerais de direito e à Lei, aqui citando particularmente a Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores. Seguindo todo um procedimento formal, art.4º, parágrafo único, que diz: "Parágrafo Único: O procedimento licitatório previsto nesta Lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública."

A Lei Federal nº 8.666/93, art. 41, nos ensina: "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada." Neste contexto, leciona MARÇAL JUSTEN FILHO: "O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia.", (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª Ed., Dialética, 2010, p. 565). Conforme afirma HELY LOPES MEIRELLES, citado por JOSE DOS SANTOS CARVALHO FILHO: "O edital traduz uma verdadeira Lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece. Para a Administração, desse modo, o edital é ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes" (CARVALHO FILHO, Jose dos Santos. "Manual de Direito Administrativo", 14a ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 226). A Comissão de licitações, julgou em estrita observância aos princípios norteadores da licitação, descritos no artigo 3º da Lei 8666/93, que diz: Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Concorrência n.º 005/2016 - Processo Licitatório: n.º 1328/2016

Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA)”.

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda.

desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Os princípios citados acima, todos são de observância obrigatória, mas que basicamente estão salvaguardados nas normas que dizem respeito às habilitações, que são os artigos 27 a 31 e por isso são normas gerais e sendo normas gerais, não podem deixar de exigir tudo o que está na Lei 8.666, nos artigos 28 a 31 e também não podem exigir mais do que está lá, porque são normas gerais.

A Lei de Licitações é muito clara quando no seu artigo 27 da habilitação, seção 2ª, começa falando da seguinte forma: '- Para habilitação nas licitações, exigir-se-á dos interessados exclusivamente documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. Daí vem a documentação toda que é exigida.

Nada se pode exigir além do que está na Lei, nada se pode exigir além do que está consubstanciado. Essa afirmação, numa decisão número 523 do Tribunal de Contas da União, - era citada pelo saudoso Mestre Hely Lopes Meireles no seu livro Licitação e Contrato Administrativo -, opinava ele, que não se podia exigir mais do que está aqui.

A única coisa que se pode exigir mais do que está no quesito Habilitação é o que está no artigo 30, portanto exigência técnica, no inciso IV, artigo 30: prova de atendimento e requisitos previstos em lei especial quando for o caso.

Dentre os documentos arrolados taxativamente pela Lei de Licitações para cobrar dos licitantes para fins de qualificação técnica, existem os atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 30, II e § 1º, I, da Lei n. 8.666. Os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Concorrência n.º 005/2016 - Processo Licitatório: n.º 1328/2016

Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA)”.

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda.

que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica.

Marçal Justen Filho enaltece a relevância do atestado ao discorrer que “em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa”. Aliás, até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente. Convém destacar que a interpretação do artigo 30 no que concerne aos atestados, deve ser cautelosa e primar pela finalidade precípua da exigência, qual seja: a demonstração de que os licitantes possuem condições técnicas para executar o objeto pretendido pela Administração caso venha a sagrar-se vencedor.

Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

A empresa Santin apresentou certidão de Acervo Técnico – CAT n.º 2620160001279 emitida pelo CREA, acompanhada do atestado emitido pela empresa Caldebrás, e assinado pelo diretor da empresa, Sr. Alexandre Barbieri Santin referentes ao projeto, direção e execução de construção de indústria com cobertura metálica, com período contratual iniciado em 01/12/2014 e concluído em 15/02/2016.

A Comissão habilitou a referida empresa em virtude do atestado apresentado, tendo em vista, que atendia plenamente as condições editalícias do item 7.4.1- Atestado de Capacidade Técnica, em nome da Licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, demonstrando que foram cumpridas corretamente as obrigações contratuais e executados serviços da mesma natureza dos aqui licitados, assim considerados: “execução de 50m³ de concreto armado”.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Concorrência n.º 005/2016 - Processo Licitatório: n.º 1328/2016

Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA)”.

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda.

A empresa Concivi apresentou em seu recurso dúvidas sobre o Atestado, solicitando da Comissão realização de diligência para comprovação da veracidade das informações. Provocada, a comissão entendeu por diligenciar a respeito da “denúncia” feita pela empresa Concivi com referência a certidão de Acervo Técnico – CAT n.º 2620160001279 emitida pelo CREA, apresentada pela Santin. Para maiores esclarecimentos, foi protocolado sob n.º 126907/2016, junto ao CREA Piracicaba, uma solicitação de informações a respeito da referida CAT e anexado cópia do recurso apresentado pela empresa Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda, para ciência do órgão. No dia 23 de setembro de 2016, o CREA se manifestou a respeito informando que o assunto em referência foi encaminhado à Unidade de Gestão de Inspeção do CREA de São José do Rio Preto, jurisdição do denunciado, para prosseguimento conforme o disposto na legislação vigente.

A Comissão, além de solicitar subsídios para seu julgamento ao CREA, também entendeu por diligenciar “in loco” e durante a realização da diligência na Rua São Paulo n.º 1615, na Cidade de Ribeirão Bonito, constatou que o galpão aparentava ter sido executado há mais tempo do que o mencionado na documentação e menor do que o realmente acervado em atestado. Posteriormente a Comissão pesquisou nas imagens temporais do Google Earth, e observou que o prédio é existente, pelo menos desde 19/07/2007, data das primeiras imagens do local, arquivadas pelo Google e a metragem não chega a 5.000 m². O atestado e a certidão emitida pelo CREA são referentes à execução de obra nova e não reforma, portanto a existência de imagens do galpão anteriores às datas informadas do início da obra, deixa margem de dúvidas quanto à veracidade das informações contidas na documentação apresentada, acrescentando a isso, o questionamento sobre a ausência de faturamento da obra no balanço de 2015, ano em que a construção estava sendo executada.

Diante das dúvidas levantadas e, tendo a obrigação da preservação dos interesses da Administração e a vinculação aos princípios que regem a licitação: legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade e probidade administrativa, publicidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e celeridade, a Comissão Licitante estabeleceu prazo de dois dias úteis para contraditório e ampla defesa da empresa Santin



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Concorrência n.º 005/2016 - Processo Licitatório: n.º 1328/2016

Objeto: “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA)**”.

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda.

para esclarecimento dos fatos levantados durante a diligência bem como apresentação da documentação comprobatória, mas a empresa Santin não se manifestou e muito menos apresentou documentos para sua defesa no prazo estabelecido e também não apresentou contrarrazões.

Ao cabo, é oportuno apresentar jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal da Justiça de São Paulo quanto ao assunto, respectivamente:

“1. A faculdade conferida pelo artigo 43, § 3º, da Lei 8.666/93 à comissão de licitação para averiguar a veracidade de documento apresentado por participante do certame não retira a potencialidade lesiva da conduta enquadrada no artigo 304 do Código Penal. 2. A consumação do delito de uso de documento falso independentemente da obtenção de proveito ou da ocorrência de dano.” (HC nº 84.776/RS, 1ª T., rel. Min. Eros Grau, J. em 05.10.2004, DJ de 28.10.2004)

“Licitação. Habilitação dos proponentes. A conversão do julgamento em diligência para colher parecer técnico ou promover diligência para verificar, em concreto, realização de serviços pela proponente, não desatende, pelo contrário, cumpre a finalidade normativa do art. 43 da Lei 8.666/93” (TJSP, ApCv 82.422-5, DJ de 9/08/1999)

CONCLUSÃO

Diante de todos os motivos expostos acima e mediante constatação de que o Atestado apresentado não traduz a realidade resta INABILITAR a empresa Santin Engenharia Montagens e Construção Ltda., alterando a decisão da Comissão de Licitações.

Dessa forma, encaminhamos a Presidente deste SEMAE, Dra. Danielle Pacheco de Souza Santim, para análise e decisão final.

Maria Alice Silva Santos
Presidente da Comissão

Cintia C.Z.L. Evangelista
Membro da Comissão

Suzana Maria de Oliveira
Membro da Comissão